



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI

VETADO

Lei nr.....

A Câmara Municipal de Toledo, Estado do Paraná, decretou, e eu, Prereiro Municipal, sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º :- Estão isentos do Imposto de Licença todos os estabelecimentos comerciais e industriais deste Município que já satisfizeram este Imposto junto á Prefeitura Municipal de Fóz do Iguaçu, antes da criação do Município de Toledo.

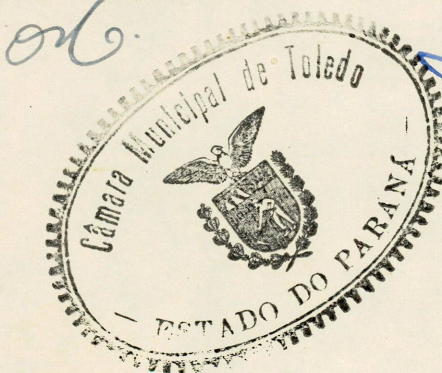
ART. 2º :- Para gozarem da isenção desta Lei, devem os interessados exhibirem o recibo ou certidão de pagamento deste Imposto áquela Prefeitura.

ART. 3º :- Esta Lei entrará em vigor na data de sua sanção, ficando revogadas as disposições em contrário.

Toledo,.....

Autor Vereador:

On dy.H.Niederauer.



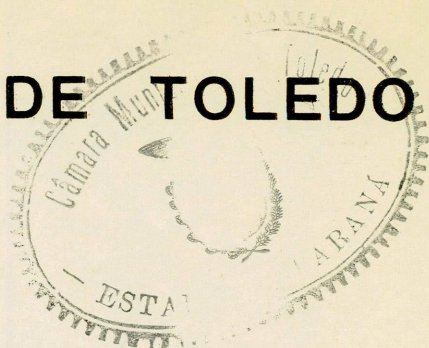
Ofício 13



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

ESTADO DO PARANÁ

Exmo. Sr. Presidente e demais Membros da
CÂMARA MUNICIPAL~
Toledo.



3 6 13
Cécio Buni
PRESIDENTE.

Tendo chegado ao conhecimento do vereador que este subscreve, que o Sr. Fiscal Lotador está lançando como devedores do Imposto de Licença, todos os estabelecimentos comerciais e industriais, indistintamente, cremos oportuno tomar uma providência imediata visto este procedimento estar caracterizando dupla tributação.

O Imposto de Licença é, como todos nós sabemos um tributo cobrado pelo município em troca da permissão para estabelecer-se em determinado local do Município. Portanto, um estabelecimento pagando o referido imposto, obtém ele esta licença, e tendo a licença poderá negociar. Acontece porém, que as firmas - óra lançadas já pagaram ESTE imposto e possuem portanto, a licença.

Não obstante esta licença lhes ter sido concedida pela Prefeitura de Fóz do Iguaçu, porque quando de sua constituição esta Prefeitura ainda não existia, esta licença é válida e não pôde ser cobrada novamente sob pena de incorrer-se na bitributação, o que vem a ser inconstitucional.

Considerando tratar-se de suma urgência, o autor da presente e mais as comissões que a subscrevem, solicitam que o projeto de lei anexo seja considerado preferencial, evitando com um retardamento, o grave erro acima exposto.

Toledo, 7 de Abril de 1953.

Autor Vereador

Orbinderauer

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA - COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

st
leop
Ruy Mendes
de Schmidt

Walter
Alcides
Waldi Winters
Tramighini

maioria
3 6 13
Cécio Buni
PRESIDENTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

ESTADO DO PARANÁ

Senhor Presidente,

Damos em nosso poder o Projeto-de-Lei aprovado por essa Egrégia Câmara, remetido a este Executivo para sanção e referente isenção do Imposto de Licença para o comércio e indústrias que o pagaram no município de Foz do Iguaçu.

Submetemos o projeto em apreço ao minucioso exame do ponto de vista da sua legalidade perante as leis tributárias do Município e chegamos à conclusão que o mesmo fere o diploma legal que regula a Legislação Tributária nos seus artigos 60, 61, 62, 64 e seu parágrafo único, 65 e 66.

Por este motivo, impondo-nos o dever de fiel observância das Leis Municipais, embora reconhecendo a elevação de propósitos que ditaram a autoria do projeto, somos forçados a devolvê-lo e, usando das prerrogativas que nos confere o o Artigo 33 da Lei Orgânica dos Municípios, opomos ao mesmo o seguinte:

V E T O T O T A L

O QUAL PASSAMOS A JUSTIFICAR:

1º) - A Lei Municipal que prove sobre a Legislação Tributária do Município, no seu Art. 60 dis: "O Imposto de Licença decorre do registro obrigatório do local de qualquer estabelecimento comercial, industrial ou profissional fixo; da utilização das vias públicas para o exercício do comércio ambulante, depósito ou exploração, digo, depósito ou exposição de mercadorias em geral e publicidade em geral, veículos destinados ao trânsito nas vias públicas; corte de matas; gado abatido para consumo público ou industrialização; marcas e sinais; construções, reconstruções e reparações; sobre todas as atividades sujeitas ou dependentes da inspeção preventiva que corresponda à Prefeitura no uso do poder de polícia que lhe é peculiar".

Mais adiante, no Art. 61, a mesma lei dis: "Todos os estabelecimentos em que se exerçam atividades e explorações com o fim de lucro, assim como aquelas que demandam a utilização de bens do domínio público estão sujeitas ao imposto de licença, na forma dos artigos 59 e 60 desta Lei. § Único : Quando determinada atividade ou exploração não estiver incluída nas tabelas do imposto de licença, ~~na forma dos artigos 59 e 60~~, cobrar-se-á o tributo por analogia, taxando-a o Município com o valor mais baixo atribuído a atividade ou exploração semelhante".

Artigo 62 : " A Prefeitura, além do conhecimento do imposto pago, fornecerá ao interessado, mediante o emolumento

.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

ESTADO DO PARANÁ

.....
de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros), um ALVARÁ DE LICENÇA, assinado pelo Prefeito, no qual se esclarecerá o nome do contribuinte, a atividade pela qual é pago o imposto e a localização do estabelecimento".

Artigo 64 : " Nenhuma atividade comercial, industrial ou profissional será exercida ou transferida sem licença da Prefeitura e pagamento do respectivo imposto. Multa de Cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros) a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros)".

Art. 65 : " O imposto será cobrado anual, semestral, mensal ou periódicamente, conforme o ditarem os interesses do Fisco".

E, finalmente, o Artigo 65: " A licença, sendo anual, mensal ou periódica, deve ser renovada em tempo oportuno, sob pena de multa de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), e ao dôbro de reincidência".

Acreditamos que a simples transcrição dos artigos da lei que rege a matéria em foco justifica sobejamente o VETO que opomos ao projeto, entretanto, para maior esclarecimento, passamos a comentar o assunto à luz dos dispositivos legais.

No caso em apreço trata-se de estabelecimentos fixos, sujeitos portanto ao imposto de licença anual, renovável no fim de cada período, que coincide com o Exercício Fiscal.

Os estabelecimentos que pagaram o referido imposto no município de Foz de Iguaçu, quando o nosso atual município fazia parte integrante daquele, pagaram-no legalmente, pois as leis tributárias em todo o território Nacional, com pequenas variações de adaptação local e que mórmente atingem apenas as Tabelas do "quantum" das incidências, obedecem às mesmas normas fundamentais. Não tivesse sido criado o Município de Toledo, aqueles estabelecimentos teriam que renovar as respectivas licenças no início de cada Exercício Fiscal, na Prefeitura da Foz de Iguaçu.

Criado o novo Município e instalada esta Municipalidade, automaticamente todos os estabelecimentos registrados no Município de origem, localizados porém neste, passaram para a jurisdição de Toledo, são lotados aqui e aqui deverão renovar as suas licenças de acôrdo com o que preceitua a Lei.

Não há dúvida - se uma determinada firma estiver estabelecida com filiais em diversos municípios, pagará o imposto tantas vezes quantos forem os seus estabelecimentos e em quantos municípios exercer suas atividades, e não haverá nisso nenhuma bitributação nem multitributação, usando apenas os Municípios do direito que lhes é assegurado pela Magna Carta da República, do Estado e da Lei Orgânica.

.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

ESTADO DO PARANÁ

..... Pelos motivos acima expostos e tão somente no intuito de observância das disposições legais é que somos forçados a VETAR o projeto em foco, pois, a sua aceitação por parte do Executivo Municipal importaria no repúdio da Lei vigente.

Para que o projeto em causa possa ser convertido em Lei, torna-se mister, antes de mais nada, derrogar a Lei Municipal que provê sobre a Legislação Tributária do Município o que seria equivalente à destruição de toda a estrutura tributária e fiscal do Município.

Entretanto, atendendo à elevação de propósitos com que foi concebido o projeto, tomamos a liberdade de sugerir a essa Ilustre Casa uma providência legal que reduza numa determinada importância o Imposto de Licença para os estabelecimentos fixos quando da sua renovação.

E assim, poder-se-ia conservar a atual Tabela do Imposto de Licença para os estabelecimentos que o pagam pela primeira vez, para primeiro Exercício Fiscal, reduzindo-o nos Exercícios subsequentes.

Para isto bastaria acrescentar ao Artigo 66 da Lei Municipal que provê sobre a Legislação Tributária do Município um parágrafo que seria redigido da seguinte forma:

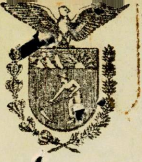
Art. 66

§ ÚNICO - Os estabelecimentos comerciais, industriais e profissionais fixos pagarão o imposto de licença integralmente pela primeira vez e correspondente ao Exercício em que se estabelecerem; nos Exercícios subsequentes, na renovação da Licença, gozarão de um desconto de.....% sobre as Tabelas vigentes.

Toledo, em 11 de Junho de 1953

Guerino A. Viccari

Guerino A. Viccari
Presidente da Câmara em Exercício
da Prefeitura Municipal



Câmara Municipal de Toledo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº 10

Assunto: Vêto do Sr. Prefeito Municipal ao projeto de lei que " isenta de novo pagamento do Imposto de Licença, o comércio e a indústria que já pagou à Prefeitura de Fóz de Iguaçu."

O Sr. Prefeito Municipal ao emitir o seu Vêto Total ao projeto de lei em questão, procedeu um acurado estudo do assunto, quanto à sua legalidade perante as Leis tributárias do Município, e fazendo acompanhar o seu vêto, de pormenorizada justificativa. E reconhecendo no entanto o elevado propósito com que foi concebido o projeto em apreço, tomou ainda a liberdade de anexar uma ~~providência~~ sugestão que viria harmonizar a questão.

Procedendo esta Comissão ao estudo da sugestão do Executivo, verificaram os seus membros que realmente soluciona satisfatoriamente se, na renovação da Licença, for concedido aos contribuintes, um desconto de 10% sobre as Tabelas vigentes, motivo pelo qual somos de

PARECER

que esta Casa aprove a inclusão do paragrafo ao Artigo 66 da Lei Municipal que provê sobre a Legislação Tributária do Município.

Toledo, em 14 de setembro de 1953.

APROVADO EM
maioria
1ª
14/9/53
C. F. C. P.
PRESIDENTE.

Luiz de Oliveira
Secretário